

Ministério da Saúde

Seminário Nacional de
**Comunicação, Informação e
Informática em Saúde: Pacto pela
Democratização e Qualidade da
Comunicação e Informação
no âmbito do SUS**

Conselho Nacional de Saúde

Contribuições da Área de Documentação
e Informação do Ministério da Saúde para
construção da Política Nacional de Informa-
ção, Educação e Comunicação em Saúde com
foco na participação e no controle social

Brasília , 8 e 9 de dezembro 2005.

Sumário

Apresentação	5
Introdução	7
Considerações Iniciais	9
Marcos Referenciais	11
Participação no Seminário Nacional	13
Considerações ao documento básico do Seminário Nacional	13
Algumas Contribuições da área de Documentação e Informação para a Participação Social	18
Estratégia	23
Parâmetros e/ou Indicadores para a Avaliação e Monitoramento da Política Nacional de Informação, Educação e Comunicação em Saúde	24
Comentários Finais	29
Iniciativas da Coordenação-Geral de Documentação e Informação (CGDI) para a gestão da informação e do conhecimento institucional	32
Referências Bibliográficas	41

Apresentação

O Ministério da Saúde, por meio da Secretaria-Executiva, representada pelo Departamento de Informática do SUS (Datasus) e pela Subsecretaria de Assuntos Administrativos (SAA), mais especificamente pela Coordenação-Geral de Documentação e Informação (CGDI), participa e apóia o seminário nacional, promovido pelo Conselho Nacional de Saúde (CNS), sobre a formulação da atualmente denominada Política Nacional de Comunicação, Informação e Informática em Saúde (PNCIIS) e o estabelecimento de um pacto pela democratização e qualidade da Comunicação e Informação.

As contribuições ora apresentadas pela área de Documentação e Informação ao debate em curso têm por objetivo evidenciar um conjunto de diretrizes e estratégias a serem avaliadas no processo de formulação de uma Política Nacional nessa área, de forma a ampliar os marcos legais do modelo e a filosofia de trabalho em construção no Ministério da Saúde, em face de sua relevância para o processo democrático, a tomada de decisão em saúde, a transparência pública, a gestão qualificada do SUS e, principalmente, para o exercício da participação e do controle e social.

Essa proposição inicial é fruto da experiência de trabalho do setor na participação nos debates, avaliação da literatura institucional, com destaque para a publicação que subsidiou os seminários regionais, realizados no decorrer do segundo semestre de 2005, das recomendações das Conferências Nacionais, do relatório final da Oficina de Trabalho Informações em Saúde para o Controle Social, de maio de 2003, e de algumas contribuições teóricas.

Deve ser ressaltado ainda que, no processo de interação com os conselheiros de saúde, ficam evidentes importantes desafios a serem superados pelas instituições do SUS, como a iniquidade de acesso à informação, o distanciamento da linguagem, a insipiência dos canais de escuta, e por outro lado a necessidade de apropriação dos mecanismos de comunicação e informação por parte desses atores, questões explicitadas durante os seminários regionais realizados e que buscam respostas e merecem maior prioridade por parte do poder público.

Assim, dentro da perspectiva do estabelecimento de um pacto entre os atores que atuam nesse campo de trabalho, a proposta visa também a articular, a partir dessa primeira contribuição, os profissionais do setor de Documentação e Informação da saúde para as iniciativas em curso, incluindo a participação na respectiva Conferência Nacional sobre o tema, prevista para 2006, e para uma atuação mais comprometida com as demandas dos conselhos de saúde.

Na tentativa de atuar cooperativamente e de forma mais imediata, são feitas também algumas contribuições ao Plano de Trabalho da Comissão Intersectorial de Comunicação e Informação do Conselho Nacional de Saúde, de forma a aprimorar as ações e serviços já realizados junto aos conselheiros e equipes que apóiam suas atividades. Merece destaque, nesse sentido, a iniciativa de sistematização da área temática da Participação e do Controle Social na Biblioteca Virtual em Saúde do Ministério da Saúde.

Introdução

A Coordenação-Geral de Documentação e Informação é uma instância gestora da informação no âmbito do SUS, sua história institucional tem origem na criação do Ministério da Saúde em 1953. Os serviços, projetos, e ações da unidade estão pautados na preservação, gestão, intercâmbio e acesso à informação e aos documentos arquivísticos e bibliográficos de interesse do setor.

O trabalho desenvolvido se expressa principalmente por meio dos serviços de atendimento público e gratuito, presencial e *on-line*, ofertados aos cidadãos, profissionais, gestores e conselheiros. Integram também esse universo o desenvolvimento e integração de metodologias, tecnologias e sistemas afins; a produção e distribuição de publicações e outros produtos informacionais; e mais recentemente na implementação da Política Editorial do MS, na cooperação técnico-financeira para o resgate da história e do patrimônio da saúde e a abordagem cultural do tema saúde, mobilizando parcerias com instituições públicas, privadas e a sociedade civil.

Cumpra também mencionar a parceria da CGDI para a atuação do Conselho Nacional de Saúde por meio: da prestação de serviços e de assistência para a gestão do Sistema Integrado de Protocolo e Arquivo e da organização da documentação arquivística; da edição, distribuição e impressão de publicações avulsas e periódicas; da indexação das publicações e resoluções do CNS nas bases especializadas; e do atendimento pelo serviço de referência da Biblioteca e BVS, enfim, ações que revelam uma importante interface institucional, a ser aprimorada e aprofundada, com novos projetos e iniciativas.

Com relação ao fortalecimento do componente do controle social no processo de formulação da Política, registre-se que o compromisso da CGDI se expressa pela constante cooperação e participação nos eventos afins realizados, como a referida oficina de 2003 e os seminários regionais, e, no presente, pelo ousado exercício de formular contribuições preliminares ao debate do Seminário Nacional a se realizar nos dias 8 e 9 de dezembro de 2005, em Brasília.

A proposta inclui a perspectiva da mobilização dos profissionais das áreas de Documentação e Informação para a efetivação do pacto proposto e para a formulação e execução da Política Nacional. Assim, o presente documento será apresentado à Rede de Bibliotecas e Unidades de Informação Cooperantes da Saúde – Brasil (Rede BiblioSUS) para novas contribuições. A Rede, que já conta com instituições federais, estaduais e municipais, visa a articular os serviços de informação público, privado e comunitário com as prioridades da Saúde Pública. Outro universo são as unidades arquivísticas, museológicas, culturais e de difusão científica.

Para melhor contextualização do trabalho, vale destacar que dentre os marcos legais conquistados na 12.^a Conferência Nacional de Saúde, alguns resultaram de uma atuação mais política do setor de Documentação e Informação para a estruturação da ação institucional. A participação da CGDI na equipe de elaboração da proposta oficial do MS e na sua defesa no correspondente grupo de trabalho dessa conferência possibilitou a incorporação, como ações, de abrangência nacional, de importantes projetos desenvolvidos pelas unidades que integram a referida coordenação desde junho 2000, a saber: o Arquivo, a Biblioteca, a Editora e o Centro Cultural da Saúde.

Destacam-se, nesse sentido, principalmente as recomendações que abordam a preservação e o mapeamento do patrimônio informacional e cultural da saúde; o diálogo entre a comunidade científica, a sociedade e os movimentos sociais para a democratização, a compreensão crítica e a participação pública; a expansão do modelo de biblioteca virtual em saúde para o acesso equitativo e eficiente à informação; a sistematização das fontes de informação para tomada de decisão; a adoção de uma política editorial; e o apoio à pesquisa, ao intercâmbio à divulgação e à difusão do conhecimento em saúde.

Considerações Iniciais

Pautados pela ampla dimensão emancipatória que a informação em saúde pode assumir para uma sociedade que almeja um estado democrático que cumpra sua função pública, em que a atuação dos governos seja pautada pela participação social, as contribuições têm por objetivo alertar sobre a necessidade de avançar na institucionalização da gestão pública da informação, destacando sua importância estratégica para o campo da saúde coletiva e para a participação e o controle social.

O estabelecimento de mecanismos de gestão da informação nas instituições públicas obedece a interesses de uma malha de poder inerente às organizações e ao correspondente embate dos distintos atores que a representam. No campo da informação em saúde, importantes estudos abordam o desenho e o comportamento dessa política em nosso país através dos tempos e evidenciam as lacunas na capacidade de percepção da comunicação e informação como recurso estratégico para a gestão das políticas públicas. Cumpre registrar que a Política de Informação, mesmo não oficializada no Diário Oficial da União, acontece e se expressa na ação pública, na agen-

da da saúde, na estrutura organizacional, em núcleos de poder, no planejamento e orçamento, nos serviços e produtos oferecidos, na sua qualidade, forma de gestão e acesso, ou seja no cotidiano das organizações.

A metodologia de formulação de uma política pública prevê a possibilidade do conflito interinstitucional saudável, o chamado "conflito negociável". Supõe necessidades insatisfeitas de cunho individual ou social às quais são processadas pelos grupos de pressão – controle social ou pelo próprio Estado (1). A lógica clara de validação de uma política estabelece que são os interessados que devem julgar o mérito do tema proposto, se o tema em análise é a saúde do trabalhador, são os trabalhadores que devem pautar a formulação da política. Se o tema em discussão é comunicação, informação e informática, espera-se a ampla participação dos profissionais desse segmento, e é nessa seara que o presente trabalho se insere.

O desafio é, na condição de sujeitos implicados na gestão da informação institucional, apresentar a contribuição da área de Documentação e Informação, não como uma proposta focada em interesses setoriais, mas como um resultado que fomente a participação mais efetiva e integrada das unidades de informação que atuam nesse campo, inclusive no debate em curso, evidenciar sua capilaridade e importância para a efetividade da gestão de políticas públicas, e contextualizar sua ação dentro dos princípios da integralidade, universalidade e equidade que regem a saúde pública no Brasil.

¹ URIBE RIVERA, Francisco Javier. *Planejamento e programação em saúde: um enfoque estratégico*. São Paulo: Cortez, 1989 (Pensamento Social e Saúde, 2), p. 35-36.

Marcos Referenciais

No campo da literatura institucional, um importante referencial foram as recomendações advindas das Conferências Nacionais de Saúde, em especial das mais recentes, quais sejam a 10.^a, 11.^a, e 12.^a, esta realizada em dezembro de 2003, uma vez que concretamente são as expressões mais fidedignas do processo participativo do conjunto de atores que integram o SUS. Seguem os respectivos marcos:

10.^a Conferência Nacional de Saúde

"O Ministério da Saúde e as Secretarias Estaduais e Municipais de Saúde devem criar centros de documentação, informação, comunicação e educação em saúde nos sistemas locais, estaduais e nacional de saúde voltados para a democratização das informações acessíveis aos usuários, conselheiros, trabalhadores em saúde e gestores do sistema, para possibilitar o controle social, a fiscalização, a gerencia e o planejamento do SUS."

11.^a Conferência Nacional de Saúde

"Portanto, se o desafio é instituir um sistema público de saúde democrático, onde as prioridades sejam definidas de forma participativa, com mecanismos de controle social, é urgente a definição de uma política de IEC⁽²⁾ que garanta instrumentos permanentes de divulgação e comunicação dos conselhos de saúde com a sociedade."

² Informação, Educação e Comunicação.

12.^a Conferência Nacional de Saúde

Inserção do Eixo Temático "Comunicação e Informação em Saúde". As recomendações sinalizaram a necessidade de "elaborar e implementar políticas articuladas, de informação, comunicação e educação permanente e popular em saúde para as três esferas de governo, garantindo maior visibilidade, nas diretrizes do SUS, à política de saúde, às ações e à utilização de recursos, visando a ampliar a participação e o controle social e atender às demandas e expectativas sociais, (...)"

Merecer ainda destaque, como marcos referenciais e conceituais, alguns trechos do relatório da Oficina de Trabalho Informação em Saúde para o Controle Social – Brasília/2003, quais sejam:

"A informação enquanto tecnologia da informação, e nesse sentido, é um meio, não o fim da política"

"Entender o conceito de *informação* de forma ampla, incluindo suas interfaces com a comunicação, a documentação, a educação, e a informática assumindo-se o desafio de se articular com as outras áreas do MS, sem que se substitua as políticas específicas dessas áreas"

Participação no Seminário Nacional

O Seminário Nacional se caracteriza como uma etapa preparatória para a efetivação de uma primeira conferência nacional temática, e se constitui em um importante marco histórico ao evidenciar, no âmbito do Estado e da sociedade, uma dimensão mais estratégica para a informação em saúde em nosso País, compreendida como um patrimônio público e um direito constitucional. O desafio, nesse sentido, ocorre por se tratar de uma política pública de caráter transversal e de complexa formulação por congregar diversos atores, e por envolver vários campos do conhecimento e da prática em saúde.

Considerações ao documento básico do Seminário Nacional

O documento elaborado pela Secretaria Executiva do Conselho Nacional de Saúde apresenta como primeiro item da coletânea, após breve apresentação, o Plano de Trabalho da Comissão Intersetorial de Comunicação e Informação em Saúde do CNS, elaborado pelos seus integrantes. De antemão, destaque-se que o funcionamento dessa Comissão, instaurada em maio de 2005, se apresenta como um importante avanço por trazer à pauta esse tema no âmbito do Conselho Nacional de Saúde, de forma sistemática e por empreender esforços práticos para uma ação mais participativa e comprometida com a democratização da informação em saúde.

Observa-se, contudo, que, na composição da referida Comissão, não há nenhum representante da esfera federal do SUS, o que não reflete a recomendação de

articulação das três esferas de governo nesse campo de atuação e, considerando ainda os objetivos e prioridades apresentadas, conclui-se ser imprescindível que um ou mais representantes federais tomem assento nessa instância. Tal observação tem como base construir, por meio dessa participação, uma maior sintonia entre a ação do MS e as demandas do controle social. É sabido que as iniciativas de prover a informação de interesse público, por parte do Ministério da Saúde e entidades vinculadas, e que envolvem uma soma considerável de recursos institucionais e investimentos públicos, na maioria das vezes, tem pouca ou nenhuma participação das demais esferas do SUS e da sociedade.

No corpo do Plano uma questão merece destaque, qual seja, o entendimento do acesso à informação, por si só, não é suficiente, sendo necessário e precípuo a apropriação pelos conselhos, das informações relevantes e dos mecanismos de comunicação e informação. Um passo importante para estruturar esse processo é a adoção da metodologia e tecnologia da BVS, por meio da qualificação permanente dos conselheiros (cursos presenciais e a distância), para o acesso à literatura, a sistemas, e a outras fontes disponíveis na internet e/ou formação de coleções locais, organização de comunidades virtuais, etc. A proposta deve ampliar a capacidade de acesso, análise e pesquisa dos participantes, e conseqüentemente de comunicação, favorecendo a participação social.

A sistematização e a apropriação do conhecimento que está sendo gerado no exercício do controle social em bases dados de interesse, com formatos e informações adequados, com a possibilidade de acesso remoto aos registros dos trabalhos (atas de reuniões, resoluções, publicações avulsas e periódicas, projetos e relatórios, participação em fóruns, comissões, redes, agendas, eventos,

etc.), a integração desse universo à BVS Saúde Pública – Brasil e mas especificamente à Coleção Nacional de Fontes de Informações do SUS (ColecionaSUS), e o compartilhamento com o meio acadêmico, institucional e com a própria sociedade das diretrizes e ações dos conselhos de saúde é sem dúvida uma meta desejável para fortalecer a ação pública e promover maior intercâmbio nessa área.

Ampliando-se a gama de possibilidades a serem exploradas, pode-se relacionar ainda: a realização de uma mostra cultural itinerante com o tema da participação Social, ou ainda a retomada da organização da BVS do MS da área temática da Participação e Controle Social, o resgate da história dos movimentos sociais e das Conferências Nacionais, o mapeamento e registro das manifestações populares, a integração dos conselhos com a Rede BiblioSUS. Propostas que estão estruturadas como diretrizes estratégicas a serem consideradas quando da formulação de uma Política Nacional.

Integrante do referido Plano está a proposta de realização dos Seminários Regionais com os conselhos estaduais e municipais e com três objetivos básicos: debater mudanças, aperfeiçoamentos e estratégias, aprimorando a PNCCIIS; consolidar o Cadastro Nacional de Conselhos de Saúde; e sensibilizar para a formação da Comissão de Comunicação e Informação no âmbito de todos os conselhos de saúde. Com relação ao primeiro, ele é o objetivo principal desse trabalho e se constitui uma responsabilidade regimental da CGDI como instância gestora de serviços públicos.

Quanto ao Cadastro Nacional de Conselhos de Saúde como estratégia de fortalecimento da comunicação em saúde, iniciativa louvável, acredita-se ser salutar que o seu desenvolvimento busque a interoperabilidade como

outros sistemas, em especial o Sistema Editorial (Sied), especialmente no respectivo módulo de endereçamento e distribuição de produtos informacionais, o que permitirá gerenciar e priorizar a distribuição física e eletrônica de publicações para esse universo, como também disponibilizar tais informações para a sociedade, e, nesse sentido, a participação do Datasus é fundamental, uma vez que é a unidade que desenvolve o Cadastro e o Sied.

Registra-se ainda, ser recomendável nas estratégias de implantação que o atendimento do cadastro, possa ser feito também via telefone ou correio e não somente restrito à internet. Uma edição periódica em papel e/ou *cd-rom* também é apropriada. Uma outra perspectiva que contribui para sua sustentabilidade é projetar a descentralização gradativa de sua gestão para os estados ou pólos regionais, ampliando suas funcionalidades e possibilidades.

No terceiro objetivo, pode ser acrescido como uma estratégia à proposta de criação das comissões em todos os conselhos de saúde – um importante nó da almejada Rede Nacional de Comunicação e Informação em Saúde –, pois argumenta-se que em face da natureza e interfaces das ações necessárias ao pleno funcionamento dessas instâncias é estratégico fortalecer nas esferas estaduais e municipais das secretarias, conselhos e unidades de saúde, o setor de documentação e informação, assim como se preconiza também para os setores de comunicação e informática, incluindo a perspectiva de capacitação e financiamento.

Para o Seminário Nacional que visa a debater a PNCCIIS e estabelecer um Pacto pela Democratização e Qualidade da Comunicação e Informação em Saúde, como subsídio a conferência temática, considera-se fundamental reto-

mar os campos centrais dessa política. As Conferências Nacionais de Saúde recomendam o recorte da Informação, Educação e Comunicação (IEC). Historicamente e conceitualmente, essa definição dos campos já foi mais integrada no âmbito do Ministério da Saúde, a experiência do Projeto IEC (1992 a 1999) mesmo tendo sido desmontada na instituição, plantou sementes que estão registradas nas três últimas Conferências Nacionais e que inspiram a ação da CGDI.

Na tentativa de buscar o consenso proposto no segundo objetivo do Seminário Nacional, é interessante perceber que a primeira pergunta formulada para o debate: "O que é relevante informar e comunicar?" Coloca na prática os campos prioritários desse debate, deixando de fora o terceiro eixo: educação. Nas deliberações das conferências, os três eixos estão integrados e/ou articulados.

Observa-se que no caso dos componentes informática e documentação, os mesmos não constam na formulação central do problema, pois se caracterizam como meios, estratégias, metodologias e tecnologias para fazer acontecer. Se enquadra na resposta a segunda pergunta central do evento: "Como comunicar a informação relevante?". Ressalte-se ainda que para a própria comissão instaurada, e que deve ser instituída nos âmbitos dos conselhos estaduais e municipais, a denominação também se refere à Comunicação e Informação.

Algumas Contribuições da área de Documentação e Informação para a Participação Social

As contribuições, ora apresentadas se constituem como uma proposta inicial e que será compartilhada com outros profissionais do Setor e, portanto não pretende ser conclusiva, mas antes de tudo visa expressar importantes compromissos com a participação social e com a busca de maior sintonia do trabalho desenvolvido pelo Ministério da Saúde com os interesses dos Conselhos de Saúde.

Denominação da Política Nacional

A proposta do setor de documentação e informação coaduna-se com algumas manifestações ocorridas durante os seminários regionais, qual seja o de repensar o escopo proposto para a Política Nacional. A formulação em curso deve contemplar uma Política de Informação, Educação e Comunicação em Saúde e identificar e explorar suas vertentes e componentes, bem como sua característica multidisciplinar, como preconizado nas Conferências Nacionais, o que certamente amplia bastante o contexto da discussão, mas retoma de forma explícita sua dimensão emancipatória para a sociedade.

Tal proposição, conseqüentemente, induz também a revisão da denominação da conferência temática, e para a qual todos os interessados e responsáveis devem ser convidados a contribuir.

As contribuições, ora apresentadas se constituem como uma proposta inicial e que será compartilhada

com outros profissionais do setor para novas contribuições e, portanto, não pretende ser conclusiva, mas, antes de tudo, expressa importantes compromissos com a participação livre e na busca de maior sintonia com os interesses do controle social.

Princípios

- Compromisso social e acesso público.
- Interesse da saúde pública nacional
- Institucionalidade e efetividade
- Estimulo a participação da população.
- Ampliação da participação e do controle social.
- Comunicação permanente e democrática.
- Respeito às diversidades regionais, culturais e étnicas.
- Garantia de acessibilidade a informação com qualidade e clareza de conteúdos.
- Investimento em tecnologias, software livre e de sistemas de telecomunicações.
- Estímulo à interlocução e a discussão crítica.
- Democratização da informação científica e epidemiológica.
- Desenvolvimentos de trabalhos em redes cooperativas
- Universalização do acesso às informações e aos espaços de discussão nos serviços de saúde.
- Atendimento mais rápido e integral ao usuário.
- Integração de sistemas e facilidade de acesso.
- Uso analítico das informações para o planejamento, formulação de políticas de saúde e avaliação do SUS.
- Inclusão dos todos os atores na produção, análise

e disseminação da informação e na apropriação dos meios de comunicação.

Diretriz:

Ampliar a capacidade dos conselheiros e equipes de apoio para a gestão da informação e comunicação em saúde, favorecendo a participação e o controle social.

Estratégias:

Promover a qualificação permanente dos conselheiros (cursos presenciais e a distância), para:

- o acesso à literatura, aos sistemas, às instituições e a outras fontes e serviços disponíveis na *internet*;
- a gestão de informações relevantes, com a organização de arquivos e coleções bibliográficas locais;
- a utilização de metodologias e aplicativos do modelo biblioteca virtual em saúde, tais como: comunidades virtuais, diretórios de eventos, agenda, Localizador de Informação em Saúde (LIS), etc;
- a pesquisa, a produção e a avaliação de produtos informacionais e dos meios de comunicação.

Sistematizar e apropriar do conhecimento que está sendo gerado no exercício da participação e do controle social em bases dados de interesse, com a possibilidade de acesso remoto aos registros dos trabalhos (atas de reuniões, resoluções, publicações avulsas e periódicas, projetos e relatórios, participação em fóruns, comissões, redes, agendas, eventos, etc.).

Realizar oficinas de trabalho para construção de materiais informativos e utilização de mecanismos de comunicação dentro de um processo crítico e ampliado da participação social.

Diretriz:

Fortalecer a ação pública no campo informacional para o apoio a atuação dos conselhos de saúde e dos órgãos de controle interno e externo.

Estratégias:

Apoiar as ações dos conselhos de saúde por meio do fortalecimento dos setores de documentação, informação, comunicação, informática e educação nas esferas federais, estaduais e municipais do SUS (entidade e Núcleos Estaduais/MS, secretarias, conselhos e unidades de saúde), incluindo a perspectiva de capacitação e financiamento.

Estabelecer mecanismos para integração dos conselhos de saúde com o sistema de ouvidoria do SUS, Canal Saúde e outros veículos de comunicação e informação.

Implementar a política editorial no âmbito das três esferas de gestão e institucionalizar a obrigatoriedade do uso da logomarca do SUS em todas unidades de saúde, veículos, folheteria e publicações.

Divulgar em todas as unidades e instituições de saúde, informações sobre os conselhos de saúde com endereço e formas de contatos e manter *link* permanentes, específicos nos sítios da internet das instâncias gestoras do SUS.

Empreender parcerias para a inclusão digital e o acesso à internet no âmbito dos conselhos de saúde.

Identificar parâmetros e indicadores de monitoramento e avaliação da política.

Diretriz:

Promover maior intercâmbio das diretrizes e ações dos conselhos de saúde com o meio acadêmico, institucional e com a própria sociedade.

Estratégias:

Desenvolver a área temática "Participação e Controle Social" na BVS MS.

Integrar a coleção do controle social ao universo da BVS Saúde Pública – Brasil e mas especificamente à Coleção Nacional de Fontes de Informações do SUS (ColecionaSUS).

Promover o resgate da história dos movimentos sociais e das Conferências Nacionais e o mapeamento e registro das manifestações populares.

Identificar e estruturar a terminologia da participação e do controle social.

Desenvolver ,a partir de Sistema de Legislação em Saúde, coletâneas de interesse do setor.

Divulgar as experiências exitosas relacionadas ao controle social que possam servir de parâmetro e exemplo para subsidiar a implementação de outras iniciativas.

Favorecer a integração dos conselhos com a da Rede de Bibliotecas e Unidades de Informação Cooperantes da Saúde – Brasil (Rede BiblioSUS).

Sistematizar bases de dados com informações de interesse dos conselheiros e cidadãos (serviço público, ONGs, entidades, etc.)

Diretriz:

Fortalecer a democratização dos mecanismos de produção, acesso e circulação das informações em saúde como forma de contribuir para redução das desigualdades sociais.

Estratégias

Potencializar os canais de comunicação com os usuários, conselheiros e profissionais de saúde por meio dos espaços existentes como bibliotecas, correios, rádios comunitárias, postos de saúde, escolas, espaços de convivência, etc.

Praticar a comunicação por meio de oficinas, encontros, rodas temáticas, comunidades virtuais, bate papo na internet, videoconferências e outros mecanismos de troca entre gestores, usuários, profissionais e conselheiros, possibilitando espaços de interlocução e de produção de novos conhecimentos.

Pactuar parcerias intersetoriais para divulgar as ações relativas à participação e ao controle social nas atividades de promoção e prevenção da saúde.

Apoiar a atuação dos conselhos como pólos produtores e disseminadores da informação em saúde.

Diretriz:

Aperfeiçoar o processo de comunicação e ampliar as formas de abordagem e circulação de temas de interesse dos conselhos de saúde junto à sociedade, respeitando as diversidades regionais e étnico-culturais.

Estratégias:

Inovar e diversificar os espaços e os meios de informar, comunicar e educar os indivíduos, grupos e comunidades.

Criar mecanismos de comunicação e acesso à informação para as pessoas vivendo com deficiência como leitura em Braille, língua de sinais (Libras), utilização de legenda nos vídeos e de aplicativos especiais para uso na internet, veiculação de áudios, etc.

Criar formas diferenciadas de acesso às informações em saúde para os grupos de população vulnerável (negros, quilombolas, presidiários, portadores de necessidades especiais).

Incluir na grade curricular das escolas de Ensino Fundamental e Médio e de Educação Superior, como tema transversal o SUS, os direitos dos usuários e as formas de participação e de controle social.

Elaborar materiais informativos sobre os direitos e deveres dos usuários de serviços de saúde, responsabilidades dos profissionais, gestores e conselheiros.

Promover a realização de mostras culturais itinerantes e virtuais com o tema da participação social e com debates, exibição de vídeos, cursos, acesso à literatura e documentos

Parâmetros e/ou Indicadores para a Avaliação e Monitoramento da Política Nacional de Informação, Educação e Comunicação em Saúde

Aprender a analisar as opções de gestão da informação pública se caracteriza como uma etapa crucial para negociar e conquistar novos patamares de participação social. Monitorar e avaliar a política executada nessa área, que atravessa toda a prática de atenção à saúde, é uma tarefa essencial para a sociedade e um desafio a ser superado.

Nas instituições do SUS, deve ser avaliado o grau de coerência entre as diretrizes estabelecidas na Política Nacional, nas deliberações das Conferências Nacionais e resoluções do CNS e as opções de gestão da informação, educação e comunicação realizadas na prática pelos dirigentes.

Dentro do propósito de ampliar a capacidade de efetivar o papel do controle social apresentam-se, a seguir, alguns tópicos para reflexão e observação sobre a gestão institucional nesta área.

Perfil do Modelo de Gestão

- Transparência sobre os processos e as atividades institucionais.
- Publicização de políticas, programas e projetos.
- Disponibilidade e funcionamento de serviços públicos de informação e canais de comunicação.
- Estrutura organizacional e regimental.
- Recursos orçamentários previstos e financeiros executados.
- Nível de disponibilidade e grau de acessibilidade da informação.
- Grau de integração entre os serviços, os canais e processos de gestão da informação.
- Publicações avulsas e periódicas de informações institucionais e formas de produção e circulação.
- Realização de pesquisas junto aos diversos públicos.
- Política de recursos humanos.

Clareza na publicização dos seguintes processos de trabalho

- Forma de execução orçamentária e financeira.
- Funcionamento do repasse de recursos.

- transferência fundo a fundo;
 - convênios;
 - contratos;
 - acordos de cooperação;
 - patrocínios;
 - licitações;
 - carta convite;
 - registro de preço.
- Forma de calcular indicadores epidemiológicos e outras estatísticas.

Funcionamento de canais e serviços de comunicação e informação

- Centrais e/ou de serviços atendimento aos cidadãos (SAC-SUS)
- Sítio e/ou portal na internet.
- Ouvidoria e Disques.
- Canais de TV e de radiodifusão.
- Correspondências postais e eletrônicas.
- Arquivos.
- Bibliotecas.
- Espaços de acesso à informação.
- Museus e centros culturais.
- Editoras.
- Sistemas de atendimento personalizado.

Condições da infra-estrutura e logística tecnológica

- Identificação unívoca de usuários, profissionais e estabelecimentos.
- Existência de um plano diretor de informática.
- Amigabilidade da interface de navegação dos sítios, sistemas e bases de dados.

- Documentação sobre os sistemas, aplicativos e infra-estrutura.
- Percentual de utilização de *software* livre X *softwares* privados.
- Interoperabilidade entre sistemas e bases X grau de duplicidade de registros.
- Percentual de bases corporativas e grau de des-centralização da operação.
- Matriz de responsabilidades das áreas gestoras.
- Publicação periódica de catálogo dos sistemas.
- Funcionamento de uma biblioteca de aplicativos.
- Lista de instituições receptoras de doações de equipamentos.

Gestão Editorial

- Existência de Política Editorial.
- Planejamento editorial integrado.
- Funcionamento do Conselho Editorial e outros comitês correlatos.
- Publicação de catálogo de produtos informacionais.
- Pesquisa de avaliação pré e pós-distribuição das publicações.
- Explicitação dos custos, dos fornecedores e da planilha de distribuição.
- Monitoramento e avaliação dos temas publicados e do impacto junto ao público.
- Monitoramento e avaliação das pautas dos periódicos publicados.
- Abrangência e incidência dos assuntos publicados.
- Percentual de tipos de materiais publicados (educativos, normativos, informativos e etc.)

- Cooperação e parcerias com entidades acadêmicas e da sociedade civil para publicação de títulos e outros materiais.
- Veiculação de relatórios gerenciais.
- Manutenção de cadastro de produtos informacionais.

Gestão Arquivística

- Existência de instrumentos metodológicos de gestão – Código de Classificação de Documentos de Arquivo e Tabela Básica de Temporalidade de Documentos de Arquivo.
- Funcionamento de sistemas de protocolo e arquivo com acesso público.
- Funcionamento Comissão do Sistema de Gestão de Documentos de Arquivo (Siga) na Administração Pública Federal e da Subcomissão do Siga no Ministério da Saúde com representantes de todas as unidades vinculadas.
- Participação da Câmara Técnica Setorial de Arquivos Médicos do Conselho Nacional de Arquivo (Conarq).
- Condições de armazenamento, preservação, organização, destinação final, mudança de suporte e acesso às fontes de informações arquivísticas em quaisquer suportes.
- Ações de capacitação de recursos humanos.

Gestão Bibliográfica

- Existência de política de desenvolvimento de coleções.
- Controle do acervo de memória institucional e nível de depósito legal das publicações.

- Acesso público as bases da bibliografia e legislação institucional
- Disponibilidade e nível de acesso dos profissionais às bases de dados especializadas com protocolos clínicos, medicina de evidências e outras literaturas de interesse.
- Participação em redes de comutação bibliográfica e de cooperação.
- Realização de pesquisas sobre o nível de satisfação dos usuários.
- Ação de preservação da memória institucional.
- Formas de divulgação e intercambio da produção institucional.
- Indexação das publicações institucionais em bases de dados nacionais e internacionais especializadas.
- Gestão do vocabulário institucional e da terminologia oficial.

Comentários Finais

Para o exercício da participação social, uma das diretrizes do SUS idealizada na 8.ª Conferência Nacional de Saúde, em 1986, e oficializada na Constituição Federal do Brasil em 1988 (art.196), a principal estratégia é "empoderar" a sociedade de mecanismos que a torne capaz de atuar na formulação, na implantação e na avaliação das políticas públicas de saúde. Pelo modelo estabelecido foram criados os conselhos de saúde, articulados em nível federal, estadual e municipal.

Muito embora a Lei Orgânica da Saúde (Lei n.º 8080, de 1990) disponha sobre o direito à informação em saúde e à divulgação de informações sobre serviços de saúde, sabe-se que as desigualdades sociais, geográficas

e étnicas do Brasil ainda dificultam a efetividade desse conceito atravessando anos de lutas a favor da saúde e tornando mais complexos os embates entre gestores e sociedade que se sente à margem dos rumos sociais e econômicos do país.

Essas desigualdades poderiam ser minimizadas pela ampliação do acesso à informação em saúde e pela transparência das ações institucionais. Pode-se dizer, então, que a informação é um eixo transversal da pauta Saúde, sendo intrínseca a todas as políticas públicas do setor e do próprio SUS.

A excelência ou precariedade da informação pública e o seu grau de acessibilidade afetam o processo de construção da democracia de um país. Tentar traduzir as opções adotadas pelos governos para gestão da informação de forma a instrumentalizar a ação do controle social é um grande desafio. Para que a sociedade desenvolva a capacidade de avaliar a atuação do Estado e do governo, é necessário garantir o acesso às fontes de informação que registram suas atividades, ações e trajetórias.

O registro, a preservação e o acesso à informação institucional passam a ser requisito precioso para a análise dessas relações de poder, entre o Estado e a sociedade, pois a informação traduz a ótica de poder e não há neutralidade. As fontes arquivísticas, bibliográficas, museológicas, artísticas, culturais, enfim, são a película da vida das sociedades, projetam a construção histórica, a disputa de interesses econômicos, políticos, sociais, científicos e ideológicos.

A gestão desses recursos pode definir a capacidade de intervenção social, pois as investigações, pesquisas e estudos em geral pautam-se em fontes de informação,

patamar definitivo para a elucidação e a materialização dos processos de trabalho relacionados à função do Estado e a de tomada de decisão.

É importante perceber que para o controle social, a gestão dos documentos institucionais (documento *lato sensus*) e da informação pode apresentar indicadores importantes para que a sociedade averigüe a gestão e a integridade desse patrimônio e o grau de respeito ao direito constitucional de acesso à informação pública. Certamente, quanto mais explícitas forem as informações públicas mais difícil será cometer atos ilícitos.

A gestão da informação também é um importante indicador para avaliar a relação de poder de uma instituição de assistência com o usuário dentro de um dado modelo de atenção à saúde. Assim, quanto menor a duplicação de dados, quanto mais acessível ao próprio usuário suas informações clínicas, quanto mais estruturados os dados para a tomada de decisão, quanto maior a agilidade na abordagem do paciente com informações fidedignas e a implementação eficiente do monitoramento de terapêuticas, certamente mais perto a unidade de saúde estará de uma proposta humanizada que respeite as pessoas assistidas e viabilize um atendimento integral.

É necessário focar a Informação, a Educação e a Comunicação no seu amplo sentido e ao mesmo tempo com suas peculiaridades, envolvendo pessoas – gestores, profissionais, conselheiros e usuários – e utilizando vários suportes e meios de produção, captação, registro, acesso, intercâmbio e circulação de conhecimento. Uma política que expresse esse conceito de forma integrada e interdependente elucida sua dimensão emancipatória e traz à tona os princípios de integralidade, de universalidade e da equidade preconizada pelo Sistema Único de Saúde.

Iniciativas da Coordenação-Geral de Documentação e Informação (CGDI) para a gestão da informação e do conhecimento institucional

A CGDI, setor subordinado à Secretaria-Executiva do Ministério da Saúde, é responsável pela co-gestão do conhecimento institucional, pela democratização do acesso à informação em saúde, pela preservação do patrimônio e da memória técnica, pelo fomento à pesquisa, pelo intercâmbio científico e pela difusão cultural. Tem por missão garantir o tratamento e o acesso aos documentos do MS, promovendo a disseminação e circulação das informações em saúde necessárias à efetividade da tomada de decisão e à participação social no Sistema Único de Saúde (SUS).

Compõem sua estrutura: a Coordenação de Arquivo e Gestão de Documentos, a Coordenação de Biblioteca, o Centro Cultural da Saúde e a Coordenação de Gestão Editorial. Dentre suas competências, destacam-se: as ações de coleta, preservação, organização, divulgação e acesso aos acervos arquivísticos, bibliográficos, legislativos, multimídias e museológicos; as ações de fomento, disseminação e intercâmbio de informações em saúde; a proposição de diretrizes e a elaboração de projetos relacionados com a manutenção, o desenvolvimento e a integração de fontes de informação em saúde.

Atua ainda no patamar de articuladora e coordenadora de convênios e contratos de cooperação técnica

com instituições atuantes no campo da Documentação e Informação que corroboram para a caracterização da informação como um bem público e um elemento fundamental de transparência do Estado.

Arquivo Central do Ministério da Saúde

Os usuários podem ter acesso à documentação arquivística do Ministério da Saúde, bem como das instituições extintas tais como o Inamps, Inan e Ceme. Para tanto, é preciso preencher um termo de responsabilidade pelo uso e reprodução de documentos, apresentar carteira de identidade e carta de apresentação da instituição ao qual está vinculado e obedecer às normas da política de privacidade das informações estabelecidas pela Lei n.º 9.507, de 12/11/1997. O Arquivo Central do MS funciona em Brasília (DF), no edifício Anexo do Ministério da Saúde, subsolo, de segunda a sexta-feira, entre às 8h e às 18h. Telefones: (61) 3315-2321 e Fax: (61) 3226-8286.

Biblioteca do Ministério da Saúde

O espaço João Yunes oferece ao usuário: microcomputadores conectados à internet para a realização de pesquisas *on-line*, sala multiuso para exibição de filmes, realização de oficinas e grupos de trabalho, serviço de referência para atendimento de solicitações de pesquisas e acesso ao acervo da Biblioteca e Galeria dos Ministros de Saúde que dispõe de fotos e período de gestão de cada ministro desde 1953. A Biblioteca está situada em Brasília (DF), no Edifício Sede do Ministério da Saúde, térreo e funciona de segunda a sexta-feira, das 8h às 18h. Dúvidas e sugestões: (61) 3315-3200 ou 3315-2410 ou pelo *e-mail*: biblioteca@saude.gov.br.

Biblioteca Virtual do Ministério da Saúde (BVS MS)

www.saude.gov.br/bvs

Parceria do Ministério da Saúde com o Centro Latino-Americano e do Caribe de Informação em Ciências da Saúde – Bireme/Opas, a BVS MS oferece serviços de pesquisas em bases de dados e acesso a mais de 1.000 publicações institucionais em texto integral. Além disso, estão disponíveis cartazes, atos normativos, periódicos, eventos e dicas em saúde, galeria de ministros da saúde, relação de datas comemorativas. Esses serviços e produtos são destinados a profissionais, pesquisadores e principalmente a sociedade. Para facilitar a localização dessas fontes de informação, o sítio da BVS MS está organizado de forma fácil e interativa. Dúvidas, críticas e sugestões podem ser enviadas pelo *e-mail*: grupofocal@saude.gov.br. A integração com as bibliotecas virtuais temáticas é garantida pela forma rápida de acesso à BVS Saúde Pública Brasil, BVS Adolec, BVS Aleitamento Materno, BVS Doenças Infecciosas e Parasitárias, BVS Economia da Saúde, BVS Educação em Ciências da Saúde, BVS Educação Profissional em Saúde, BVS Enfermagem, BVS História da Saúde e da Medicina, BVS Homeopatia, BVS Odontologia, BVS Psicologia, BVS Toxicologia, BVS Vigilância Sanitária, entre outras.

Biblioteca Virtual em Saúde Pública Brasil (BVS SP Brasil)

<http://saudepublica.bvs.br>

Iniciativa do Ministério da Saúde e do Centro Latino-Americano e do Caribe de Informação em Ciências da Saúde – Bireme/Opas, a BVS SP Brasil visa a democratizar o acesso às fontes de informação em saúde pública produzidas pela rede acadêmica e de serviços do Brasil, integrando-se à produção da América Latina e do Caribe sobre o tema e de interesse dos gestores, pesquisadores, profissionais e usuários em geral. Apresenta-se

como resultado da cooperação técnica das instituições integrantes dessa biblioteca virtual mais de 13 milhões de referências e textos completos disponíveis, dispondo de serviços de pesquisa simultânea nas principais bases de dados bibliográficas em ciências da saúde, tais como: Medline, Lilacs e SciELO, ColecionaSUS e fontes de informação para tomada de decisão.

Centro Cultural da Saúde (CCS)

www.ccs.saude.gov.br

Espaço cultural dinâmico e interativo de comunicação, documentação e informação, que objetiva favorecer o debate, a produção e a disseminação do saber, na área da Saúde pública. O CCS tem como estratégias principais: ampliar a visão sobre a Saúde, abrangendo outros campos do conhecimento e da atividade humana (como artes, meio ambiente, cidadania, violência, trabalho, etc.); democratizar e universalizar a informação em saúde, desmistificando doenças e fortalecendo as práticas preventivas; desenvolver uma abordagem histórica e educativa sobre as políticas e principais temas da saúde pública, apresentando sua evolução, situação atual e resultados alcançados. O CCS realiza mostras artísticas e culturais locais, itinerantes e pela internet, favorecendo o amplo acesso ao tema trabalhado. As organizações públicas vinculadas ou não ao Sistema Único de Saúde (SUS) que se interessem em projetar parcerias com o CCS podem entrar em contato por *e-mail*: ccs@ccs.saude.gov.br ou pelos telefones (21) 2240-5568 e 2240-2813. Para agendar visitas guiadas de grupos e escolas, o telefone de contato é (21) 2240-5318 (o CCS dispõe de recepcionistas bilíngües).

Coleção Nacional das Fontes de Informação do SUS (ColecionaSUS)

Trata-se de uma base de dados que funciona como um mecanismo de integração e divulgação da produção institucional do Sistema Único de Saúde (SUS). Abrange monografias, periódicos, relatórios finais de projetos e programas de saúde, anuários estatísticos, materiais gerados a partir de eventos oficiais dentre outras fontes de informação. O objetivo maior dessa base de dados é retratar a memória técnica do SUS, consolidando-se como ferramenta de preservação do patrimônio informacional do sistema público de saúde brasileiro. A base ColecionaSUS pode ser pesquisada pela BVS Saúde Pública Brasil (www.saudepublica.bvs.br) e pela BVS MS (www.saude.gov.br/bvs).

Conselho Editorial do Ministério da Saúde (Coned)

<http://www.saude.gov.br/editora/coned.htm>

É um colegiado responsável pela implementação da Política Editorial do Ministério da Saúde (MS), propondo e estabelecendo critérios de avaliação e planejamento editorial para as áreas técnicas do MS e entidades vinculadas. Os principais objetivos do Coned são: editar publicações de qualidade que sirvam de instrumento gerencial e de ferramentas de trabalho para o Sistema Único de Saúde (SUS) nas três esferas de gestão, preservar o acervo informacional em Saúde, incentivar a pesquisa, o intercâmbio e as parcerias de interesse da saúde pública, promover amplo acesso a essas informações e contribuir para a participação e o controle social.

Editora do Ministério da Saúde

<http://www.saude.gov.br/editora>

Tem a missão de tratar, preservar e disseminar informações, por meio de produtos que sejam instrumentos

efetivos para a promoção da Saúde no país, especialmente ao atender às três esferas de gestão do Sistema Único de Saúde (SUS). É um setor de apoio, estímulo e acompanhamento da produção editorial feita pelo Ministério da Saúde, observando o caráter da qualidade, normalização, economia e distribuição. Atua no registro dos títulos junto à Biblioteca Nacional cumprindo a lei de Depósito Legal naquela biblioteca, a observância dos direitos autorais, respeito à impessoalidade e aos créditos institucionais, tal como o uso correto de logomarcas. Sua atuação, junto à Biblioteca Virtual em Saúde do Ministério da Saúde (BVS MS) e à Rede de Bibliotecas e Unidades de Informação Cooperantes da Saúde (Rede BiblioSUS), garante a ampla acessibilidade ao conhecimento produzido pelo MS e trabalhado na Editora MS. Contatos podem ser feitos pelos telefones (61) 3233.2020, 3233.1774 e 3233.9353 ou pelo e-mail: editora.ms@saude.gov.br.

Estação Biblioteca Virtual em Saúde (Estação BVS)

<http://dtr2001.saude.gov.br/bvs/estacaobvs>

Espaço de acesso público que dispõe de computadores e mobiliário adequado para a realização de pesquisas pela internet, com orientação de profissionais especializados em gestão da informação. Permite acesso livre e gratuito a informações técnico-científicas em saúde geradas por instituições do Sistema Único de Saúde (SUS) e acadêmicas. Atende a gestores, pesquisadores, estudantes, profissionais de saúde e sociedade. O objetivo da Estação BVS é democratizar o acesso às fontes de informação, no campo da Saúde Pública, consolidando a Rede de Bibliotecas e Unidades de Informação Cooperantes da Saúde (Rede BiblioSUS). Para conhecer as estações BVS que já estão em operação, acesse: http://www.saude.gov.br/bvs/estacao/onde_encontrar.htm.

Patrimônio Cultural da Saúde

<http://dtr2001.saude.gov.br/bvs/patrimonio/index.html>

O enfoque histórico da abordagem em saúde, reconstituindo políticas, personalidades, documentos, fatos, cenários e serviços, permite avaliar avanços e desafios, atores e estratégias, de forma a contextualizar a atual realidade e a importância da participação e do controle social na sustentabilidade do Sistema Único de Saúde e na sua apropriação, como um patrimônio do povo brasileiro e fruto de uma política de Estado que visa à universalidade, integralidade e equidade em saúde. A meta desse projeto é contribuir para a melhor apropriação do sentido público e democrático dessa política social em um país que abriga tantas desigualdades sociais.

Política Editorial do Ministério da Saúde

http://www.saude.gov.br/editora/coned_pe.htm

Essa Política estabelece princípios, diretrizes e responsabilidades que orientam a produção editorial, no âmbito do Ministério da Saúde e entidades vinculadas. Tem por objetivo proporcionar à sociedade brasileira produtos editoriais que subsidiem profissionais, gestores e demais interessados no setor, favorecendo a consolidação do Sistema Único de Saúde (SUS), a participação e o controle social bem como a construção da cidadania. Pautada pela observância de aspectos legais, éticos, técnicos e científicos, essa política visa a estruturar os processos de planejamento, tratamento, edição, preservação, acesso e avaliação das informações em saúde, reconhecida como um patrimônio público e um direito constitucional. Seus princípios são: compromisso social, acesso público, institucionalidade e efetividade.

Sistema Integrado de Protocolo e Arquivo (Sipar)

<http://www.saude.gov.br/sipar>

Sistema de controle documental que facilita a tramitação e o acesso aos documentos recebidos e produzidos pelo Ministério da Saúde. Foi implantado em 2000 e integra todas as unidades do MS, inclusive as descentralizadas, e atualmente está em implantação nos hospitais federais do Sistema Único de Saúde. A pesquisa ao sistema é realizada de forma prática, possibilitando localizar o documento pelo número de registro, ano ou setor e/ou área responsável ou interessada.

Rede de Bibliotecas e Unidades de Informação Cooperantes da Saúde (Rede BiblioSUS)

www.saude.gov.br/bibliosus

A Rede BiblioSUS objetiva ampliar e democratizar o acesso às informações em saúde pública atuando na disseminação e distribuição de publicações técnico-científicas, normativas, educativas e culturais, com economia de recursos, multiplicidade de opções bibliográficas e eficácia de resultados. Suas metas principais são o aperfeiçoamento da gestão da informação, o registro e a difusão do conhecimento em saúde e a integração em projetos de documentação, comunicação e informação desenvolvidos pelo governo brasileiro. As unidades de informação interessadas em fazer parte dessa rede podem preencher o formulário eletrônico disponível no sítio da BiblioSUS ou contatar a secretaria técnica pelo *e-mail*: bibliotecas.sus@saude.gov.br.

Outras Redes de Informação em Saúde

RIPSA – Rede Interagencial de Informação para a Saúde
– www.datasus.gov.br

RNIS – Rede Nacional de Informação para a Saúde
– www.datasus.gov.br/rnis

REDE BVS – Rede de Informação em Ciência da Saúde da América Latina e Caribe
– www.bireme.org

REDE BiblioSUS – Rede de Bibliotecas e Unidades de Informação Cooperantes da Saúde
– www.saude.gov.br/bibliosus

REDE DAS AMÉRICAS – Intercâmbio de experiências entre os países das Américas
– www.conasems.org.br

RET-SUS – Rede de Escolas Técnicas do SUS
– www.retsus.epsjv.fiocruz.br

COOPERASUS – Espaço de cooperação para a gestão em saúde.
– www.saude.gov.br/cooperasus

REDE UNIDA – Desenvolvimento de Recursos Humanos em Saúde
– www.redeunida.org.br

REDE DE EDUCAÇÃO POPULAR EM SAÚDE – Envolve profissionais, pesquisadores e lideranças de movimentos sociais

REDE GANDHI: Saúde, Cultura de Paz e Não-Violência
– www.conasems.org.br

Referências Bibliográficas

BRANCO, Maria Alice Fernandes. Política Nacional de Informação em Saúde no Brasil: um olhar alternativo. Rio de Janeiro, 2001. 200 p. (Tese apresentada para a obtenção do título em Doutor em Saúde Coletiva pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro).

BRASIL. Ministério da Saúde; Conselho Nacional de Saúde. O CNS e a construção do SUS: referências estratégicas para melhora do modelo de atenção à saúde. Brasília: Ministério da Saúde, 2003. p. 19.

BRASIL. Ministério da Saúde; Secretaria Executiva. Política Editorial do Ministério da Saúde. Brasília: Ministério da Saúde, 2004. Disponível em: <<http://dtr2001.saude.gov.br/editora/portaria1958.htm>>. Acessada em 1.10.2005.

CARDOSO, Janine Miranda. Comunicação, Saúde, Participação e Controle Social. Rio de Janeiro, 2005. [documento em *power point* apresentado no Seminário Regional de Comunicação, Informação e Informática em Saúde na Região Sudeste, Rio de Janeiro, nov. 2005].

CASTRO, Regina Célia Figueiredo. Comunicação científica na área de saúde pública: perspectivas para a tomada de decisão em saúde baseada em conhecimento. São Paulo, 2003. [228] p. (tese apresentada para a obtenção do título de Doutor em Saúde Pública pela Universidade de São Paulo). Disponível em <<http://www.bvs-sp.fsp.usp.br/tecom/docs/2003/cas001.pdf>> acessado em 20.9.2005.

MORAES, Ilara H. S. de. Por um pacto pela democratização e qualidade da comunicação, informação e informática em saúde. Rio de Janeiro, 2005. [documento em *power point* apresentado no Seminário Regional de Comunicação, Informação e Informática em Saúde na Região Sudeste, Rio de Janeiro, nov. 2005].

URIBE RIVERA, Francisco Javier. Planejamento e programação em saúde: um enfoque estratégico. São Paulo: Cortez, 1989 (Pensamento Social e Saúde, 2).

BRASIL. Ministério da Saúde; Conselho Nacional de Saúde. Seminário de Comunicação, Informação e Informática em Saúde. Brasília: Ministério da Saúde, 2005. 86 p.

A coleção institucional do Ministério da Saúde pode ser acessada
na Biblioteca Virtual do Ministério da Saúde:

<http://www.saude.gov.br/bvs>

O conteúdo desta e de outras obras da Editora do Ministério da Saúde
pode ser acessado na página:

<http://www.saude.gov.br/editora>



EDITORA MS
Coordenação-Geral de Documentação e Informação/SAA/SE
MINISTÉRIO DA SAÚDE
(Editoração, impressão e acabamento)
SIA, trecho 4, lotes 540/610 – CEP: 71200-040
Telefone: (61) 3233-2020 Fax: (61) 3233-9558
E-mail: editora.ms@saude.gov.br
Home page: <http://www.saude.gov.br/editora>
Brasília – DF, dezembro de 2005
OS 1233/2005